



BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

Avenida Jornalista Roberto Marinho nº 85 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 03.215.790/0001-10

BANCO TOYOTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados clientes e acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, do Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operacionalização:** O Banco tem como um de seus principais compromissos apoiar as iniciativas da montadora da marca, oferecendo mecanismos de crédito à Rede de Distribuidores Toyota, que possibilitem a formação de seus estoques, além de fomentar, através do crédito direto ao consumidor e operações de arrendamento mercantil, a comercialização desses veículos. **Desempenho:** O Banco encerrou o exercício de 2022 com uma carteira de crédito e arrendamento mercantil no montante de R\$ 8.737.932 mil (R\$ 6.977.946 em 31 de dezembro de 2021). O Banco, atento às demandas do mercado e de seus clientes, investiu em novos produtos e tecnologias, ampliando não só o seu portfólio, mas também a agilidade no atendimento aos clientes para a conclusão das operações de crédito. Em setembro de 2021 o Banco constituiu a Toyota Administradora de Consórcios que teve suas

operações iniciadas no primeiro semestre de 2022. A Administradora, entre seus principais objetivos, busca oferecer mais uma opção para a aquisição de veículos ao consumidor Brasileiro, através do sistema de Consórcio, além do compromisso de apoiar as iniciativas da Toyota do Brasil e fomentar a comercialização dos veículos da marca. Em setembro de 2022 o Banco constituiu a Toyota Corretora de Seguros com previsão de início das atividades no primeiro semestre de 2023. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 1.114.842 mil (R\$ 1.242.650 mil em 31 de dezembro de 2021) e o Lucro Líquido no exercício foi de R\$ 40.069 mil (R\$ 244.607 mil em 2021), com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 3,52% (20,03% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O lucro líquido inclui receita/despesa de ajuste ao valor de mercado das operações de swap, cujo efeito no resultado é temporário, uma vez que essas operações serão mantidas até seus respectivos vencimentos (Nota 4). Caso esses efeitos fossem excluídos do resultado, o lucro líquido do Banco seria de R\$ 89.847 mil (R\$ 131.781 mil em 2021). **Rating do Banco:** Em 21 de março de 2022 a S&P Global Ratings divulgou a permanência do rating de crédito de emissor em 'baAA' atribuído na Escala Nacional Brasil. **Índice de Basileia:** O Índice de

Adequação de Capital atingiu ao final do exercício 13,35% (19,25% em 31/12/2021). **Governança Corporativa:** O Banco possui uma estrutura interna de compliance e auditoria interna que alinhado às melhores práticas de governança corporativa, norteia um ambiente operacional baseado em um conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares bem como as políticas internas do Banco. **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Banco tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas, aos clientes e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços.

São Paulo, 3 de março de 2023

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Referência	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Referência	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	Nota 2.ii.b	237	66	Depósitos e outros passivos financeiros		8.632.558	6.865.689
Instrumentos financeiros		10.080.625	8.473.923	Depósitos a prazo e interfinanceiros	Nota 9a	1.679.840	894.525
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 3	1.058.923	1.062.897	Letras financeiras	Nota 9c	3.261.346	2.924.334
Derivativos	Nota 4	263.699	346.113	Empréstimos no exterior	Nota 9d	3.346.983	2.887.537
Operações de crédito - setor privado	Nota 5a	8.730.286	6.954.960	Derivativos	Nota 4	237.196	69.518
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	Nota 5b	7.646	22.986	Outros passivos financeiros	Nota 10c	107.193	89.775
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(214.152)	(129.067)	Passivos fiscais correntes e diferidos		118.326	132.248
Outros ativos financeiros	Nota 6	234.223	216.034	Obrigações fiscais correntes	Nota 10a	85.178	58.724
Ativos fiscais correntes e diferidos		335.591	259.986	Obrigações fiscais diferidas	Nota 7	33.148	73.524
Ativos fiscais correntes		1.062	904	Contingências	Nota 10b	633.920	571.670
Ativos fiscais diferidos	Nota 7	334.529	259.082				
Outros valores e bens	Nota 2f	56.962	47.667	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 12	1.114.842	1.242.650
Outros valores e bens		44.183	31.529	Capital Social		555.751	555.751
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(1.684)	(1.548)	De domiciliados no exterior		555.751	555.751
Despesas antecipadas	Nota 2f	14.463	17.686	Reservas de lucros		559.091	686.899
Investimentos		13.955	13.442				
Participações em controladas no país	Nota 8	13.823	13.310				
Outros investimentos		132	132				
Imobilizado de uso		7.125	9.916				
Outras imobilizações de uso		27.237	29.344				
Depreciações acumuladas		(20.112)	(19.428)				
Intangível		5.151	7.257				
Ativos intangíveis		18.996	18.996				
Amortizações acumuladas		(13.845)	(11.739)				
TOTAL DO ATIVO		10.499.646	8.812.257	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.499.646	8.812.257

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Referência	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		822.455	1.480.954	975.263
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(338.577)	(395.402)	(337.640)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5f	(81.308)	(128.378)	(54.408)
Resultado com derivativos	Nota 4	(184.457)	(437.595)	189.773
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		218.113	519.579	772.988
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(230.283)	(449.227)	(361.291)
Receitas de tarifas bancárias		29.259	57.878	49.253
Despesas de pessoal		(40.146)	(78.375)	(74.563)
Outras despesas administrativas	Nota 13a	(108.487)	(206.981)	(168.292)
Comissões pagas às concessionárias Toyota		(103.619)	(209.272)	(164.643)
Resultado de equivalência patrimonial	Nota 8	(1.067)	(2.987)	(1.067)
Despesas tributárias		(40.564)	(72.069)	(43.705)
Outras receitas operacionais	Nota 13b	70.154	120.403	71.060
Outras despesas operacionais	Nota 13c	(35.813)	(57.824)	(28.711)
RESULTADO OPERACIONAL		(12.170)	70.352	411.697
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(6.974)	(9.626)	(4.310)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(19.144)	60.726	407.387
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 7b	12.664	(20.657)	(162.780)
Provisão para imposto de renda corrente		(38.068)	(73.663)	(52.941)
Provisão para contribuição social corrente		(34.266)	(62.817)	(48.754)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		84.998	115.823	(61.085)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO/EXERCÍCIO		(6.480)	40.069	244.607
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO	Nota 12	(0,02)	0,13	0,81

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Referência	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO/EXERCÍCIO		(6.480)	40.069	244.607
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		(6.480)	40.069	244.607
Atribuível ao acionista do Banco		(6.480)	40.069	244.607
Atribuível a participação de não controladores		-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco) é uma companhia de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, está localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O Banco opera como banco múltiplo com carteiras de investimento e financiamento. O objetivo do Banco é a realização de operações de financiamento, principalmente de veículos da marca Toyota. O Banco é controlado pela Toyota Financial Services International Corporation (TFSIC), uma empresa financeira situada nos Estados Unidos que detém 100%, exceto uma, de suas ações ordinárias e que é controlada pela Toyota Financial Services Corporation (TFSC), uma empresa financeira situada no Japão que detém 100% das ações ordinárias da TFSIC. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradas no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre estas instituições, e os custos da estrutura operacional e administrativa, são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas no Balanço Patrimonial pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. As demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2023. II. **Principais políticas contábeis:** a) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para aquelas de natureza financeira. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria MF nº 140/84, que considera: (i) as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período, (ii) o ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil e (iii) os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	237	66
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez (Nota 3)	1.058.923	1.062.897
Total	1.059.160	1.062.963

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02. Os diferenciais a receber ou a pagar dos contratos são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa *pro rata temporis* até a data do balanço. Em complemento, estas operações são avaliadas a valor de mercado, tendo o seu ajuste de valor de mercado contabilizado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. i) **Contabilidade de Hedge:** O Banco possui contratos de Swap (instrumentos de *hedger*) que em sua contratação foram designados para compensar os riscos decorrentes da exposição à variação do valor de mercado de captações em moedas estrangeiras (itens objeto de *hedger*) e foram enquadrados na categoria de *hedger* de risco de mercado. Os instrumentos e os itens objeto de "hedger" são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta de resultado. O valor de mercado dos derivativos foi estimado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, na qual os fluxos de caixa projetados são calculados por uma taxa de desconto obtida junto à B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O Banco utiliza as taxas referenciais da curva DI x Prê e Cupom Cambial fornecidas pela B3 para a data de "Inception" e data base de apuração. As taxas são interpoladas pelos métodos de interpolação exponencial e linear, comensuradas com o prazo remanescente dos contratos de swap. e) **Operações de crédito, arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito, arrendamento mercantil e títulos e créditos a receber são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e pela Resolução CMN nº 4.803/20. As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento de renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 5. **Bens de Arrendamento:** Os bens de arrendamento compõem o valor presente das operações de arrendamento mercantil, sendo demonstrado ao custo, reduzido das depreciações

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Referência	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO/EXERCÍCIO		(6.480)	40.069	244.607
Ajustes ao lucro líquido:				
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		81.308	128.378	54.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(84.998)	(115.823)	61.085	61.085
Resultado de equivalência patrimonial		1.067	2.987	1.690
Depreciações e amortizações		5.308	11.805	15.247
Insuficiência de depreciação		(788)	(1.097)	(438)
Provisão para contingências		24.679	62.249	43.736
Resultado de marcação a mercado (MTM)		94.513	90.153	(202.093)
Constituição/(Reversão) de provisões para redução ao valor recuperável de ativos		606	135	(1.427)
Lucro líquido ajustado		115.215	218.856	216.815
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		115.903	(54.169)	(301.761)
Aumento em operações de crédito	(900.650)	(1.818.534)	(896.324)	
Aumento em operações de arrendamento mercantil	(57)	(104)	(54)	
Aumento em outros créditos	(7.579)	(18.347)	(6.027)	
Redução (Aumento) em despesas antecipadas		2.879	3.223	(2.631)
Aumento em outras obrigações		92.501	165.587	103.111
Aumento em depósitos		830.884	785.315	226.491
(Redução) em captação no mercado		-	-	(25.100)
Aumento (Redução) em letras de crédito imobiliário e financeiras		28.357	337.012	(371.531)
Aumento em obrigações por empréstimos		163.727	490.066	620.368
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos		(43.500)	129.319	196.981
Imposto de renda e contribuição social pagos		(50.659)	(127.706)	(147.045)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		231.118	164.687	(84.946)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:				
Alienação de outros valores e bens		29.727	48.976	31.016
Alienação de imobilizado de uso		293	1.801	1.641
Alienação de imobilizado de arrendamento		1.911	18.656	9.162
Aumento de perdas em arrendamento		(547)	(1.535)	(2.095)
Aumento do ativo intangível		-	-	(1.099)
Aquisição de outros valores e bens		(36.031)	(61.630)	(37.899)
Aquisição de investimentos		(3.500)	(3.500)	(15.000)
Aquisição de imobilizado de uso		(920)	(1.839)	(1.417)
Aquisição de imobilizado de arrendamento		-	(1.542)	(14.302)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		-	(167.877)	(118.702)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(9.067)	(168.490)	(148.695)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		222.051	(3.803)	(233.641)
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDAS:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício		837.109	1.062.963	1.296.604
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período/exercício		1.059.160	1.059.160	1.062.963
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		222.051	(3.803)	(233.641)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital Social	Legal	Outras	Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	506.792	55.843	554.110	-	1.116.745
Aumento de capital (Nota 12)	48.959	-	(48.959)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	244.607	244.607
Distribuição					

CONTINUAÇÃO

circulantes e não circulantes: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. k) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes e Carta Circular BACEN nº 3.429/10, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. l) **Obrigações fiscais - imposto de renda e contribuição social:** As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Para instituições financeiras, a alíquota de CSLL foi elevada de 20% para 25% para o período base compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei Ordinária nº 14.183/21. Para instituições financeiras, a alíquota de CSLL foi elevada de 20% para 21%, no período compreendido entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei Ordinária nº 14.446/22. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. m) **Uso de estimativas contábeis e julgamentos críticos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, superveniência, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados a valor de mercado. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. n) **Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações do Banco e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, afim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, os itens não recorrentes referem-se a despesas de doações, despesas com material para home office, perdas operacionais e venda de imóvel em bens não de uso próprio.

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado recorrente.....	5.883	54.108	245.333
Resultado não recorrente.....	(12.363)	(14.039)	(726)
Lucro Líquido.....	(6.480)	40.069	244.607

o) **Benefícios a empregados:** Conforme Resolução CMN nº 4.877/20, as instituições financeiras devem observar, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que dispõe sobre o registro contábil e a evidênciação de benefícios a empregados. Os benefícios a empregados oferecidos pelo Banco são considerados de Curto Prazo e reconhecidos no resultado do período quando incorridos. III. **Normas e pronunciamentos emitidos e aplicáveis em exercícios futuros:** Em novembro de 2022, o Banco Central do Brasil publicou a Instrução Normativa nº 319, revogando, desta forma, a Carta Circular nº 3.429 que dispõe do reconhecimento, mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais. A recente norma, que entra em vigor em 01 de janeiro de 2023, determina que as instituições financeiras deverão reconhecer em seu passivo somente as obrigações legais com expectativa "provável" de perda. Desta forma, o reconhecimento das obrigações legais passam a ficar em linha com o CPC 25. A Administração está avaliando os impactos da adoção desta Instrução Normativa para os períodos posteriores à emissão das Demonstrações Financeiras.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento em 02 de janeiro de 2023 e remuneração de 13,65% (9,05% a 9,15% em 31 de dezembro de 2021), eram as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações no mercado aberto:		
Posição Bancada:		
Tesouro prefixado - LTN.....	-	22.900
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	1.058.923	1.039.997
Total.....	1.058.923	1.062.897

4. DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar suas exposições globais. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira do Banco através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração. A estratégia do Banco é proteger os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado dos empréstimos em moedas estrangeiras, referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02, adotando a contabilidade de hedge (*hedge accounting*). A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início de cada operação. Também são documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, ficando evidenciado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado. As estruturas de *hedge accounting* mantidas pelo Banco em 31 de dezembro de 2022 são classificadas como *hedge* de risco de mercado. Atualmente a carteira de operações *offshore* está exposta à moeda estrangeira (USD) e esta foi convertida em uma dívida a uma taxa variável local (DI), eliminando assim 100% do risco da variação cambial e ficando exposto às oscilações do mercado local de juros. Essas operações de *Swap*, de USD x CDI (Ativo x Passivo) estão registradas e custodiadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Além dos contratos de *swap* designados as estruturas da contabilidade de hedge (*hedge accounting*), o Banco possui operações de *Swap* (DI x Pré - Ativo x Passivo) a fim de manter um percentual mínimo de proteção sobre a carteira de ativos de CDC e Leasing. Esse percentual mínimo é estabelecido pela Matriz TFSIC - Toyota Financial Services International Corporation. Essas operações de *Swap* estão registradas e custodiadas na B3 sem garantia de ambas as partes, ou seja, sem necessidade de depósito de margem. A carteira de derivativos é representada por:

	31/12/2022				31/12/2021				01/01 a	01/01 a
	Diferencial a receber / (pagar)		Diferencial a receber / (pagar)		Diferencial a receber / (pagar)		Diferencial a receber / (pagar)		31/12/2022	31/12/2021
	Valor de referência	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Valor de referência	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Ativo										
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado) ..	865.352	62.855	36.018	(26.837)	1.752.858	246.457	202.369	(44.088)	82.261	276.659
CDI x Pré....	4.460.000	149.240	227.681	78.441	2.950.000	(23.285)	143.744	167.029	245.375	220.732
Total do ativo.....	5.325.352	212.095	263.699	51.604	4.702.858	223.172	346.113	122.941	327.636	497.391
Passivo										
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado) ..	2.576.535	(162.401)	(232.461)	(70.060)	937.625	(21.237)	(44.274)	(23.037)	(619.560)	(252.274)
CDI x Pré....	700.000	809	(4.735)	(5.544)	755.000	(22.112)	(25.244)	(3.132)	(145.671)	(55.344)
Total do passivo.....	3.276.535	(161.592)	(237.196)	(75.604)	1.692.625	(43.349)	(69.518)	(26.169)	(765.231)	(307.618)
Total Geral.....	8.601.887	50.503	26.503	(24.000)	6.395.483	179.823	276.595	96.772	(437.595)	189.773

Os derivativos por prazo de vencimento:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses.....	52.359	(36.622)	15.737	-	(12.578)	(12.578)
De 03 a 12 meses.....	145.798	(46.645)	99.153	166.819	(7.450)	159.369
De 01 a 03 anos.....	65.541	(150.994)	(85.453)	179.294	(48.645)	130.649
De 03 a 04 anos.....	1	(2.935)	(2.934)	-	(845)	(845)
Total.....	263.699	(237.196)	26.503	346.113	(69.518)	276.595
Circulante.....	198.157	(83.267)	114.890	166.819	(20.028)	146.791
Não circulante.....	65.542	(153.929)	(88.387)	179.294	(49.490)	129.804

Segue abaixo a relação dos *swaps*, designados como instrumentos de *hedge* nas estruturas de *hedge* contábil mantidas pelo Banco, o valor de principal em moeda estrangeira são dos empréstimos contratados que são objeto do hedge:

Data da operação	Moeda	Valor Principal - USD		Vencimento	Ajuste a mercado positivo/(negativo) - BRL	
		31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
22/05/2019.....	USD	-	30.000	23/05/22	-	(1.289)
05/12/2019.....	USD	20.000	20.000	05/12/23	(3.159)	315
13/02/2020.....	USD	-	60.000	13/05/22	-	(3.839)
16/03/2020.....	USD	-	60.000	16/09/22	-	(6.393)
24/02/2021.....	USD	-	30.000	25/11/22	-	(4.351)
26/02/2021.....	USD	30.000	30.000	24/02/23	(353)	(4.005)
30/03/2021.....	USD	20.000	20.000	28/03/24	(6.591)	(3.950)
30/03/2021.....	USD	30.000	30.000	29/09/23	(6.188)	(5.292)
30/03/2021.....	USD	30.000	30.000	30/03/23	(1.826)	(4.654)
12/07/2021.....	USD	120.000	120.000	30/03/23	(31.181)	(24.768)
29/09/2021.....	USD	40.000	40.000	30/03/23	(1.779)	(4.109)
30/11/2021.....	USD	36.000	36.000	30/03/23	(3.265)	(3.472)
27/12/2021.....	USD	20.000	20.000	30/03/23	(4.156)	(1.318)
22/02/2022.....	USD	30.000	-	08/07/24	(6.474)	-
27/04/2022.....	USD	80.000	-	27/10/23	(14.807)	-
24/05/2022.....	USD	50.000	-	24/05/24	(5.121)	-
25/05/2022.....	USD	30.000	-	27/05/25	(3.750)	-
22/07/2022.....	USD	35.000	-	22/07/25	(5.891)	-
26/07/2022.....	USD	35.000	-	26/01/24	(3.040)	-
21/10/2022.....	USD	50.000	-	22/04/24	684	-
Total.....		656.000	526.000		(96.897)	(67.125)

Não há parcela inefetiva relacionada às estruturas de *hedge* contábil. A efetividade apurada para a carteira de hedge contábil está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02, onde a designação do instrumento financeiro derivativo tem o objetivo de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa das obrigações por empréstimos no exterior (Nota 9c).

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Composição da carteira: A composição da carteira de operações de crédito de R\$ 8.730.286 (R\$ 6.954.960 em 31 de dezembro de 2021), arrendamento mercantil de R\$ 7.646 (R\$ 22.986 em 31 de dezembro de 2021), e correspondente provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, distribuída por nível de risco, é composta como segue:

Nível de risco	%	provisão mínima	Curso normal	Operações em atraso			Provisão constituída
				Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Total das operações em atraso	
AA.....	0,00%	1.094.683	-	-	-	-	1.094.683
A.....	0,50%	3.789.071	-	-	-	-	3.789.071 (18.945)
B.....	1,00%	1.901.559	81.637	4.143	85.780	1.987.339	(19.873)
C.....	3,00%	1.261.453	102.160	5.889	108.049	1.369.502	(41.085)
D.....	10,00%	304.891	50.108	3.616	53.724	358.615	(35.862)
E.....	30,00%	8.340	23.960	2.773	26.733	35.073	(10.522)
F.....	50,00%	1.823	16.831	2.690	19.521	21.344	(10.672)
G.....	70,00%	985	13.093	2.963	16.056	17.041	(11.929)
H.....	100,00%	980	48.886	15.398	64.284	65.264	(65.264)
Total.....		8.363.785	336.675	37.472	374.147	8.737.932	(214.152)

(*) inclui parcelas vencidas a partir de 15 dias

Nível de risco	%	provisão mínima	Curso normal	Operações em atraso			Provisão constituída
				Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Total das operações em atraso	
AA.....	0,00%	716.753	-	-	-	-	716.753
A.....	0,50%	3.562.142	-	-	-	-	3.562.142 (17.811)
B.....	1,00%	1.248.066	52.684	3.024	55.708	1.303.774	(13.038)
C.....	3,00%	1.051.962	65.451	3.807	69.258	1.121.220	(33.637)
D.....	10,00%	184.888	22.703	1.745	24.448	209.336	(20.934)
E.....	30,00%	7.968	10.679	1.363	12.042	20.010	(6.003)
F.....	50,00%	969	6.522	1.060	7.582	8.551	(4.275)
G.....	70,00%	1.688	6.315	1.300	7.615	9.303	(6.512)
H.....	100,00%	984	19.159	6.714	25.873	26.857	(26.857)
Total.....		6.775.420	183.513	19.013	202.526	6.977.946	(129.067)

(*) inclui parcelas vencidas a partir de 15 dias

Valor presente da carteira de operações de arrendamento mercantil: As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados. O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, estão resumidos a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos a receber.....	6.674	19.831
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(6.798)	(19.976)
Bens arrendados.....	18.693	44.133
Insuficiência/Superveniência de depreciação.....	773	(325)
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(8.138)	(11.873)
Perda em arrendamento a amortizar.....	4.471	5.763
Amortização acumulada das perdas em arrendamento.....	(2.577)	(3.124)
Créditos por antecipação de valores residuais.....	(5.452)	(11.443)
Total.....	7.646	22.986

c) Concentração dos principais devedores:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores.....	175.523	2,01%	141.864	2,03%
50 seguintes maiores devedores.....	413.863	4,74%	314.909	4,51%
100 seguintes maiores devedores.....	169.448	1,94%	132.847	1,90%
Demais devedores.....	7.979.098	91,32%	6.388.326	91,56%
Total.....	8.737.932	100,00%	6.977.946	100,00%

d) Composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil por atividade:

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito e de arrendamento mercantil:		
Indústria.....	65.703	44.046
Comércio.....	1.039.721	742.750
Outros serviços.....	409.055	286.057
Pessoa física.....	7.223.453	5.905.093
Total.....	8.737.932	6.977.946

e) Composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações por parcela:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Curso Normal - A vencer:				
Até 3 meses.....	1.171.833	13,		

CONTINUAÇÃO

8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Em 29 de setembro de 2021, o Banco constituiu a Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. ("Administradora"), cuja homologação pelo Banco Central do Brasil ocorreu em 22 de setembro de 2021 e seu Capital Social Integralizado em 20 de outubro de 2021. No 1º trimestre de 2022, a Administradora iniciou suas atividades operacionais com a administração de Grupos de Consórcio. Em 28 de setembro de 2022, o Banco constituiu a Toyota Corretora de Seguros do Brasil Ltda. ("Corretora"), cuja Concessão de autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil ocorreu em 22 de setembro de 2022 e seu Capital Social Integralizado em 04 de novembro de 2022. As atividades operacionais da Corretora estão previstas para início no primeiro trimestre de 2023.

Movimentação dos investimentos

Informações sobre a investida:

	Administradora	Corretora
Número de cotas	15.000.000	3.500.000
Participação no capital	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/12/2021	13.310	-
Integralização de Capital	-	3.500
Lucro/ (prejuízo) no exercício	(2.957)	(30)
Patrimônio líquido em 31/12/2022	10.353	3.470
Resultado de participação em controlada ano 2022	(2.957)	(30)
Resultado de participação em controlada ano 2021	(1.690)	-
Investimento em 31/12/2022	10.353	3.470
Investimento em 31/12/2021	13.310	-

9. CAPTAÇÕES

a) Depósitos:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	1.344.288	545.782
Depósitos a prazo	335.552	348.743
Total	1.679.840	894.525

A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 03 meses	593.048	284.422
De 03 a 12 meses	719.810	347.091
De 01 a 03 anos	366.982	263.012
Total	1.679.840	894.525
Circulante	1.312.858	631.513
Não circulante	366.982	263.012

Concentração dos principais depositantes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores depositantes	1.473.293	87,70%	751.373	84,00%
50 seguintes maiores depositantes	206.547	12,30%	143.152	16,00%
Total	1.679.840	100,00%	894.525	100,00%

b) Letras financeiras:

	Taxa de Juros / Indexador		31/12/2022		31/12/2021	
Letras Financeiras pública - Pós-fixada	100 %	do CDI	2.915.876	1.674.661		
Letras Financeiras privadas - Pós-fixada	121 %	do CDI	61.912	314.302		
Letras Financeiras privadas - Pré-fixada	10,06%	a 10,81% a.a.	283.558	535.785		
Letras Financeiras Garantidas - Pré-fixada	0,74%	a.a.	-	399.586		
Total			3.261.346	2.924.334		

A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 03 meses	-	450.135
De 03 a 12 meses	933.534	785.401
De 01 a 03 anos	2.327.812	1.688.798
Total	3.261.346	2.924.334
Circulante	933.534	1.235.536
Não circulante	2.327.812	1.688.798

c) Obrigações por empréstimos: O Banco possui empréstimos junto a bancos no exterior no montante de R\$ 3.346.983, equivalentes a USD 656.000 (R\$ 2.887.537, equivalentes a USD 526.000 em 31 de dezembro de 2021), com vencimentos até 27 de maio de 2025 (até 8 de julho de 2024 em 31 de dezembro de 2021), acrescido de variação cambial em moeda estrangeira e taxas de juros de 0,82 % a.a. até 5,81% a.a. (0,82% a.a. até 3,27% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A composição das obrigações por empréstimos por vencimento era a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 03 meses	534.680	6.597
De 03 a 12 meses	838.717	988.620
De 01 a 03 anos	1.973.586	1.892.320
Total	3.346.983	2.887.537
Circulante	1.373.397	995.217
Não circulante	1.973.586	1.892.320

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para imposto de renda	38.421	24.705
Provisão para contribuição social	40.346	28.203
Impostos e contribuições a recolher	6.411	5.816
Total	85.178	58.724
Circulante	85.178	58.724

b) Contingências:

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei	394.135	334.594
Outras Contingências Fiscais	232.990	229.581
Cíveis	6.082	7.127
Trabalhistas	713	368
Total	633.920	571.670
Não circulante	633.920	571.670

c) Outros passivos financeiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para pagamentos a efetuar	29.990	29.122
Credores diversos	61.989	45.825
Valores a devolver a clientes	778	-
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.297	7.656
Sociais e estatutárias	8.139	7.172
Total	107.193	89.775
Circulante	107.193	88.095
Não circulante	-	1.680

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Os valores abaixo referem-se às transações com empresas controladas e coligadas:

	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Toyota do Brasil Ltda				
Valores a receber	-	132	-	-
Subsídios	(13.685)	(11.867)	15.976	26.731
Toyota Motor Credit Corporation				
Despesa de serviços	(789)	(536)	(1.099)	(960)
Toyota Financial Services Corporation				
Despesa de serviços	-	-	(81)	(38)
Reembolso de despesas	(163)	(171)	(589)	(592)
Kinto Brasil Serviços de Mobilidade Ltda				
Valores a receber	110	57	1.183	610
Toyota Administradora de Consórcio (Controlada)				
Depósitos a prazo	(3.796)	(12.136)	(955)	(221)
Valores a receber	156	120	1.050	221
Toyota Corretora de Seguros (Controlada)				
Depósitos a prazo	(1.927)	-	(53)	-
Valores a receber	136	-	-	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas às taxas compatíveis com as de mercado, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas. b) Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração total do pessoal chave da Administração para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 3.010 e R\$ 4.544 (R\$ 3.596 e R\$ 5.713 em 2021), respectivamente a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social do Banco é de R\$ 555.751 (R\$ 555.751 em 31 de dezembro de 2021) e é composto por 305.865.952 (305.865.952 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas. A reserva legal estatutária é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. A destinação da reserva de lucros em excesso ao valor do capital social será definida na próxima Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril de 2023. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 5 de abril de 2022, homologada pelo BACEN em 27 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 167.877 referentes ao saldo da Reserva de Lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de dezembro de 2021 foi aprovada (i) a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 12.994, correspondente a parte da conta de reserva de lucros do ano de 2021, e (ii) ao pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 51.506, correspondente a parte da conta de reserva de lucros do ano de 2021. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2021, homologada pelo BACEN em 7 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 54.202 e deliberado o aumento de capital no valor de R\$ 48.959, com emissão de 12.083.714 novas ações ordinárias nominativas, inscritas pelo acionista Toyota Financial Services International Corporation, com expressa anuência da acionista Toyota Motor Insurance Services, Inc., sendo o aumento de capital ora subscrito totalmente integralizado por meio da capitalização de reserva de lucros do Banco. Lucro por ação: O lucro líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco está apresentado abaixo:

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) líquido	(6.480)	40.069	244.607
Média ponderada do número de ações	305.866	305.866	302.845
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em reais)	(0,02)	0,13	0,81

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas:

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Serviços técnicos especializados	(29.780)	(55.011)	(39.698)
Serviços de terceiros	(17.290)	(33.575)	(25.565)
Processamento de dados	(23.105)	(48.029)	(46.101)
Promoções e relações públicas	(13.749)	(24.524)	(20.753)
Cobrança	(12.480)	(21.249)	(11.936)
Amortizações e depreciações	(2.321)	(4.935)	(5.626)
Aluguéis	(3.081)	(5.639)	(4.544)
Comunicações	(1.302)	(2.792)	-
Serviços do sistema financeiro	(1.234)	(2.569)	(3.120)
Outras	(4.145)	(8.658)	(10.949)
Total	(108.487)	(206.981)	(168.292)

b) Outras receitas operacionais:

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Recuperações de encargos e despesas	39.588	72.916	48.376
Atualização de depósitos judiciais	10.070	18.104	6.048
Comissões seguro prestamista	8.353	13.920	8.996
Royalties (uso da marca Toyota)	2.037	4.109	4.277
Outras	10.106	11.354	3.363
Total	70.154	120.403	71.060

c) Outras despesas operacionais:

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Descontos concedidos em renegociações	(14.053)	(23.413)	(16.116)
Atualização de impostos passivos	(9.116)	(17.584)	(6.360)
Contingências passivas	(1.098)	(3.657)	(4.290)
Outras	(11.546)	(13.170)	(1.945)
Total	(35.813)	(57.824)	(28.711)

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Ativos contingentes:** No período não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização. b) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. c) **Movimentação da provisão para contingências e obrigações legais:**

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo no início do período	571.670	527.934
Atualização monetária	17.584	6.360
Constituição	54.815	38.256
Reversão	(10.149)	(880)
Total	633.920	571.670

As obrigações legais e passivos contingente classificados como perda provável, incluem ações de natureza tributária, civil e trabalhista, conforme abaixo: I. Ações de natureza tributária: (i) PIS/COFINS - discussão sobre a incidência das contribuições sobre o faturamento, assim entendido com a receita de venda de bens e serviços no montante de R\$ 17.413 (R\$ 16.387 em 31 de dezembro de 2021) para o PIS e no montante de R\$ 376.722 (R\$ 318.207 em 31 de dezembro de 2021) para COFINS; (ii) CSLL Isonomia - discussão sobre a ausência de respaldo constitucional para a Lei que aumentou a alíquota das instituições financeiras para 15% no montante de R\$ 229.538 (R\$ 221.432 em 31 de dezembro de 2021); (iii) ISS - discussão acerca da Lei Complementar 157/16 que alterou o recolhimento do ISS e suas respectivas obrigações acessórias da sede da empresa para o local do domicílio do tomador do serviço no montante de R\$ 6.212 em 31 de dezembro de 2021; (iv) Outras - Outras ações judiciais de natureza tributária compostas, basicamente, de execuções fiscais pelo não recolhimento de IPVA no montante de R\$ 2.166 (R\$ 1.937 em 31 de dezembro de 2021). II. Ações de natureza civil: montam R\$ 6.082 (R\$ 7.127 em 31 de dezembro de 2021). III. Ações de natureza trabalhista: montam R\$ 713 (R\$ 368 em 31 de dezembro de 2021). d) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** O montante de passivos contingentes classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 20.399 (R\$ 16.248 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes principalmente de ações de natureza civil R\$ 12.376, fiscal R\$ 4.045 e trabalhista R\$ 3.978. e) **Órgãos reguladores:** Não existem processos administrativos em curso por parte de órgãos reguladores, integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

15. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados ao Conglomerado. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Conglomerado, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco. E, em função da necessidade de reporte internacional, os controles e políticas seguem as diretrizes recomendadas pela nossa matriz. A estrutura de gerenciamento de riscos possui como atribuições a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos Riscos de Crédito, Operacional, Mercado e Liqueidez, Socioambiental e os demais riscos relevantes. O gerenciamento de riscos é integrado, possibilitando o controle e a mitigação dos efeitos resultantes das interações entre os riscos mencionados. Para o gerenciamento de riscos existem políticas definidas e documentadas, destinadas a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis estabelecidos na RAS (Declaração de Appetite por Riscos). O comitê de risco é responsável por formalizar as aprovações de políticas, metodologias aplicadas e acompanhar o gerenciamento de riscos do Conglomerado, manifestando-se quanto aos principais resultados reportados. Além desse, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) do Conglomerado é responsável por formalizar, analisar e definir as estratégias e resultados ligados aos Riscos de Mercado e Liqueidez. **Risco de crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (clientes) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito compreende, entre outros: • O risco de crédito da contraparte; e • A ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, obrigações e compromissos. Os relatórios periódicos, bem como as diretrizes adotadas pela área de gestão do risco de crédito são avaliados e aprovados pela Administração do Banco. **Risco de mercado:** Risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio e dos preços de mercadorias (commodities) dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos. O processo de gestão abrange todas as operações que estão sujeitas ao risco de perda financeira proveniente da exposição às flutuações de bolsas de valores, taxas de juros e câmbio. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2022, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenários	Choque	Taxa Mercado	Nova Taxa Mercado	Valor do Ajuste
Provável	10%	13,41%	14,75%	(24.690)
Possível	25%	13,41%	16,76%	(61.725)
Remoto	50%	13,41%	20,12%	(123.449)

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência. Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento) de 10% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos. Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento) de 25% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos. Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento) de 50% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos. O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas. Para as operações de empréstimo externo é feito um *swap* perfeito de 100% eliminando o risco de variação cambial, com isso apresentamos neste teste de sensibilidade somente com a taxa pré-fixada. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez resulta da possibilidade do Conglomerado ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações. As análises para gestão do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas: Limites de risco de liquidez: Contemplam os procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez dentro do limite do índice de liquidez estabelecido na política interna do Conglomerado. É realizado no mínimo trimestralmente o teste de aderência do fluxo de caixa projetado utilizando as informações do caixa efetivo diário gerado pelo departamento de *Back-Office* de Tesouraria. **Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Não são considerados nesta definição os riscos estratégicos e os de imagem. A melhoria contínua de processos é uma das principais diretrizes do Conglomerado. Nesse sentido, o gerenciamento do risco operacional torna-se peça fundamental para segurança de nossos clientes, colaboradores e acionistas. A estrutura de gerenciamento de risco operacional tem como objetivo desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar e controlar/reduzir os riscos operacionais associados ao Conglomerado. **Risco socioambiental:** Risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais. A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos. As descrições detalhadas das estruturas que regem as atividades de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e socioambiental, podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/informativos. **Razão de alavancagem - RA:** Em atendimento à Circular BACEN nº 3.748/15, as informações relacionadas à metodologia para apuração da razão de alavancagem (RA) encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.bancotoyota.com.br/informativos.

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Conglomerado na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Toyota do Brasil S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Toyota do Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Toyota do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2 (II) (e) e 5)</p> <p>A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da administração. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº2.682/99. Dessa forma, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.</p>	<p>Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos procedimentos realizados pela administração relacionadas à: (i) concessão de crédito, (ii) operações renegociadas, (iii) atribuição de nível de risco; e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares.</p> <p>Efetuamos, também (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações; (ii) recálculo da provisão com base na classificação de risco e no atraso das operações; e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão.</p> <p>Adicionalmente, também realizamos testes em relação aos requisitos para atendimento da Resolução CMN nº2.682/99, bem como analisamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.</p> <p>Consideramos os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes em relação às informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

CONSÓRCIO TOYOTA

SUA COMPRA PLANEJADA DE 2024

PAGUE AS PARCELAS MENSAIS

ENTRE EM UM GRUPO DE CONSÓRCIO

CONTEMPLE SUA COTA NAS ASSEMBLEIAS POR SORTEIO OU LANCE

COMPRA SUA COTA

ESCOLHA SEU VEÍCULO OKM OU SEMINOVO

SAIA DE CARRO NOVO

RECEBA AUXÍLIO DO CONCIERGE

GANHE CASHBACK

Condições sujeitas a análise e aprovação de crédito. O cashback está vinculado a compra de um carro Toyota.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>